

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

VALQUÍRIA BRITO DA ROCHA

**A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS EM ESCOLAS NO
BRASIL: PROCESSOS HISTÓRICOS**

MARINGÁ
2013

VALQUÍRIA BRITO DA ROCHA

**A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS EM ESCOLAS NO
BRASIL: PROCESSOS HISTÓRICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao curso de Pedagogia, da
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial para obtenção do grau de
licenciada em Pedagogia.

Orientação: Profa. Dra. Tânia dos Santos
Alvarez da Silva.

MARINGÁ
2013

RESUMO

ROCHA, Valquíria Brito da. **A atuação do intérprete de libras em escolas no Brasil: processos históricos.** 2013. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, 2013.

A Língua Brasileira de Sinais (libras) constitui-se na língua natural e primeira do surdo, sendo uma ferramenta eficiente para o seu desenvolvimento cognitivo devido à sua natureza visual gestual. Para que haja comunicação entre as comunidades surda e ouvinte faz-se necessária a presença de um intérprete de libras, fato que evidencia a relevância dessa profissão. Nesse sentido, nos propusemos a identificar os processos históricos na história do intérprete educacional de Libras no Brasil. Para tanto, realizamos revisão bibliográfica e entrevista semiestruturada com o primeiro intérprete educacional brasileiro, Ricardo Sander. Ressaltamos que o trabalho organiza-se da seguinte forma: *a priori*, apresentamos um breve histórico dos aspectos legais que oficializaram a libras, como também a legislação que regulamentou a profissão do intérprete; posteriormente, delineamos a história dos intérpretes educacionais no Brasil, de modo a explicitarmos o código de ética dessa profissão e a formação requerida para o exercício da interpretação em libras; em um terceiro momento, abordamos a história da interpretação no Brasil, em seguida, apresentamos o Hand Talk, um aplicativo inovador que converte a Língua Portuguesa, escrita, em áudio e em fotos em libras, mediante o avatar Hugo. Concluimos que o intérprete revolucionou a comunicação entre as comunidades surda e ouvinte, de modo que aquela passou a ter maior inserção social, assim como a partilhar do espaço escolar.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais. Surdez. Intérpretes Educacionais.

ABSTRACT

The Brazilian Sign Language (Libras) constitutes on the natural and the first language of a deaf person, being a efficient form for its cognitive development due its visual gestural nature. To have communication between the deaf and listener communities it's necessary the presence of a interpreter, fact that evidences the relevance of this profession. Accordingly, we proposed to identify the advances and the setbacks in the history of a interpreter of sign in Brazil. To do so, we performed search bibliographic review and semi-structured interview with the first educational interpreter of Brazil. We emphasize that the work organizes itself with the following way: a priori, we showed a brief history of legal aspects that officiated the sign language as well as the legislation that regulated the profession of the interpreter; posteriorly, we outlined the history of the educational interpreters in Brazil, in order to clarify the code of the ethic of this profession and the training required for the practice of the interpretation in signs; em a third moment, we approached the history of this interpretation in Brazil, from the interview performed with the first Brazilian educational interpreter, Ricardo Sander; following, we showed the Hand Talk, a innovative application that converts the Portuguese language, written, in audio and in photos of gestures, through the avatar Hugo. We conclude that the interpreter revolutionized the communication between the deaf and listeners communities, so that one started to have more social inclusion, as well as share the school space.

Keywords: Brazilian Sign Language. Deafness. Education a Intepreter. School inclusion of deaf students.

A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS EM ESCOLAS NO BRASIL: PROCESSOS HISTÓRICOS

ROCHA, Valquíria Brito da.

1 INTRODUÇÃO

Meu primeiro contato com a educação especial foi no ano de 2006, eu cursava o curso de Formação de Docentes no Instituto de Educação Estadual de Maringá, na grade curricular deste curso, havia um estágio no ensino especial. Estagiei na escola ANPACIN- Escoa de Deficientes Auditivos, localizada na Universidade Estadual de Maringá. Observando os alunos e os professores que lecionavam com tanto amor, me apaixonei pela área e sete anos mais tarde, tive a oportunidade de retomar os estudos referentes à educação especial, no caso desta pesquisa, aos intérpretes educacionais de libras.

A libras - língua brasileira de sinais é língua por meio da qual uma parcela expressiva de surdos brasileiros se comunica. Em 2002 a Libras tornou-se uma língua oficial em território nacional com a promulgação da Lei Federal nº. 10.436, de 2002 que a assim a reconhece:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, p.1).

Destarte, a língua natural e primeira do Surdo é a Libras, pois, é por meio dela que o indivíduo se comunica efetivamente e expressa suas emoções, esta faz parte da cultura do surdo. Sendo assim, a Língua Portuguesa é para o surdo a segunda Língua. O surdo que, domina a libras e a Língua Portuguesa, na modalidade oral e/ou escrita, é considerado bilíngue (QUADROS, 2006). A libras deve ser utilizada em todo espaço educacional e a proposta bilíngue garante ao surdo ser educado em

sua primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa, mediado por um intérprete educacional segundo o Decreto nº. 5626/2005.

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue (BRASIL, 2005, p.1).

Sendo assim, o bilinguismo do surdo faz-nos pensar como configuram o pensamento e a linguagem, estas, estruturas complexas, que segundo Vygotsky (2000), originam as Funções Psicológicas Superiores, aspecto exclusivamente humano, adquirido nas relações sociais, como observa Goldfeld (1997, p.56).

A linguagem possui, além da sua função comunicativa, a função de construir o pensamento. O processo pela qual a criança adquire a linguagem, segundo Vygotsky, segue o sentido do exterior para o interior do meio social para o indivíduo. Essa visão é compartilhada por Bakhtin, que afirma ser a linguagem, os signos, os mediadores entre a ideologia e a consciência.

O surdo necessita de uma língua para desenvolver sua cognição. A Libras é considerada uma ferramenta eficiente para o desenvolvimento cognitivo do surdo em razão de sua natureza visual gestual (QUADROS, 2006). Quando o surdo brasileiro não domina plenamente o português, na modalidade oral ou escrita, faz-se necessário a atuação de um profissional intérprete em língua de sinais, que assegure o acesso aos conteúdos veiculados nessa língua. O tradutor é “ uma pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresenta (oral ou escrita)” (QUADROS, 2003, p.11).

A qualidade da interpretação é condição fundamental, para assegurar o acesso à aprendizagem escolar. O intérprete educacional é quem atua como profissional intérprete de Libras na educação. Ou seja, é esse profissional que faz a ligação entre o aluno surdo e o mundo ouvinte, ou ainda, entre o aluno surdo e o professor ouvinte que transmite o conhecimento (TUXI, 2009).

Segundo a CBO (Classificação Brasileira das Ocupações) os tradutores - intérpretes são aqueles que:

traduzem, na forma escrita, textos de qualquer natureza, de um idioma para outro, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público-alvo específico. Interpretam oralmente, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos, formas de comunicação eletrônica e linguagem de sinais, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes. Tratam das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem; fazem a crítica dos textos. (BRASIL, ANO, p.1.)

Percebemos então que o intérprete deve dominar além da Libras, as capacidades de interpretar, permeadas pelos conhecimentos linguísticos e éticos relacionados a cultura do público em questão. Robertz (1992 apud QUADROS 2003, p. 73-74) apresenta seis aspectos que o intérprete deve dominar para exercer a interpretação com excelência: competência linguística, para transferência, metodológica, na área, bicultural e a técnica. Diante disso, é mister dizer que a presença de um intérprete educacional é de suma importância para o aprendizado do aluno surdo, desta forma essa pesquisa buscou apresentar os aspectos históricos da interpretação no Brasil.

2 A TRAJETÓRIA DOS INTÉRPRETES EDUCACIONAIS NO BRASIL

Em 1875 inaugura-se no Rio de Janeiro, pelo francês surdo Ernest Huet, o primeiro Instituto Nacional de Surdos-Mudos, hoje o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (TUXI, 2009).

Existiu uma lacuna de aproximadamente 100 anos na formação e atuação dos intérpretes de Libras, isto ocorreu devido à vigência da proposta oralista de educação de surdos. Essa proposta impôs a proibição de uso de línguas de sinais, sobretudo em ambiente escolar. Desse modo, somente a partir da década de 1980 a interpretação de línguas gestuais volta a ser objeto de preocupação e estudo.

Em 1987 foi criada a FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, que em 1988 promoveu o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, no Rio de Janeiro, nos dias 5 e 6 de agosto. Esse evento contou com 68 participantes, que avaliaram juntamente com intérpretes de outros países, a ética deste profissional.

No dia 24 de Abril de 2002, foi homologada a Lei Federal nº 10.436, que determina a libras, como língua oficial da comunidade surda. Esta lei foi o primeiro passo para o reconhecimento da formação do Intérprete como profissional, abrindo assim novas oportunidades de trabalho. A referida Lei, conhecida como Lei da Libras, foi posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.626 de dezembro que 2005 (BRASIL,2005)

Cinco anos depois, por meio da Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010, a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais foi finalmente regulamentada:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da LIBRAS e da Língua Portuguesa (BRASIL, 2010, p.1).

No Art. 7º da mesma Lei é exposto como esta profissão deve ser exercida:

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;

III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;

IV - pelas posturas e condutas adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;

V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;

VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda. (BRASIL, 2010, p.1)

Há poucos documentos no Brasil que relatam a trajetória dos Intérpretes de Libras, pois, muitos destes profissionais eram formados em ambientes religiosos, como refere Quadros (2003, p. 14) quando faz alusão à “[...] presença de intérpretes de língua de sinais em trabalhos religiosos iniciados por volta dos anos 80”. Dois Intérpretes de Libras, no Brasil, devem ser destacados, como Denise Coutinho, a primeira intérprete de eventos oficiais e públicos e Ricardo Sander que interpretou em Libras, pela primeira vez, o Hino Nacional Brasileiro. (LEITE, 2005).

Sander também apresentou a tradução do código de ética americano (*Interpreting for Deaf People - 1965*) no II Encontro Nacional de Intérprete de Língua de Sinais, organizado pela FENEIS em 1992. Após uma adaptação do documento original, surge o Código de Ética dos Intérpretes do Brasil. Este Código apresenta algumas orientações aos Intérpretes de Libras, como por exemplo, a forma como deve ocorrer a interpretação, que consiste em interpretar fielmente, evitando interferências e opiniões próprias, entre outras orientações que veremos no próximo item deste artigo. (LEITE, 2005)

Outro documento que vale ser citado, que busca apresentar o que é o intérprete de Libras e seu vasto campo de atuação, é o livro *O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*, de Ronice Muller Quadros (2003), derivado do Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos – MEC.

Para melhor compreensão de fatos, internacionais e nacionais, que marcaram a história da educação dos surdos, com impacto na história da profissão de intérprete de línguas de sinais apresentamos, na sequência uma tabela que sintetiza cronologicamente fatos que marcaram essa história.

Década	Agente/Documento	Acontecimento
1750	Charles Michel de L'Epée Gestualista	Saber a língua de Sinais
1750	Samuel Heinicke Oralista	Articulação da linguagem oral
1880	Graham Bell Oralista	Oralismo como método oficial
1880	Bilinguismo	Língua de Sinais (L1) e língua Majoritária (L2)
1875 (Brasil)	Enerst Huet	Comunicação total
Década de 80	Estudos de Lucinda Ferreira Brito	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Bilinguismo
2002	Lei nº 10.436	Reconhecimento da Libras: Oficialização da Libras como a primeira língua da comunidade surda
2005	Decreto nº 5.626	Operacionalização da Lei de Libras
2010	Lei nº 12.319	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete

Fonte: A autora

Legenda:

L1 = Língua Primeira

L2 = Língua Segunda

2.1 CÓDIGO DE ÉTICA

Como já dissemos anteriormente o Código de Ética Americano (*Interpreting for Deaf People - 1965*) foi traduzido e apresentado por Ricardo Sander, no II Encontro Nacional de Intérprete de Língua de Sinais, organizado pela FENEIS em 1992. Após uma adaptação deste material surgiu o Código de Ética dos Intérpretes do Brasil. (LEITE, 2005)

Este documento é parte integrante do Regimento Interno do Departamento Nacional dos Intérpretes (FENEIS). O Código de Ética é dividido em quatro

capítulos. O primeiro discute os deveres fundamentais do Intérprete, como ser um profissional de caráter moral, honesto, consciente e imparcial, bem como, ser sigiloso com informações confidenciais. O segundo capítulo discorre sobre as relações com o contratante do serviço, ou seja, apresenta aspectos referentes à remuneração, que conforme orientações do documento, deve ser justa, respeitando a tabela de cada estado, aprovada pela FENEIS:

6º O Intérprete deve ser remunerado por serviços prestados e se dispor a providenciar serviços de interpretação, em situações onde fundos não são possíveis;

7º Acordos em níveis profissionais devem ter remuneração de acordo com a tabela de cada Estado, aprovada pela FENEIS (BRASIL, 2002, p1 e 2).

O terceiro capítulo trata da responsabilidade profissional. Neste é exposto que o Intérprete, de forma alguma, pode encorajar o surdo a buscar decisões legais ou outras a seu favor. Este profissional deve também, ao interpretar, atentar para os níveis das línguas e manter a pureza da tradução. Em interpretações legais, deve-se:

10º Em casos legais, o intérprete deve informar à autoridade qual o nível de comunicação da pessoa envolvida, informando quando a interpretação literal não é possível e o intérprete, então terá que parafrasear de modo claro o que está sendo dito à pessoa surda e o que ela está dizendo a autoridade (BRASIL, 2002 ,p.2).

Além disso, o intérprete deve manter a dignidade, o respeito e a pureza na tradução, estar disposto a aceitar novos sinais e esforçar para atender às necessidades particulares do surdo.

O último capítulo aborda a interação entre os intérpretes, a fim de compartilhar informações com os demais colegas, ou seja:

13º Reconhecendo a necessidade para o seu desenvolvimento profissional, o intérprete deve agrupar-se com colegas profissionais com o propósito de dividir novos conhecimentos de vida e desenvolver suas capacidades expressivas e receptivas em interpretação e tradução (BRASIL, 2002, p.2)

Em parágrafo único é exposto que o intérprete deve fornecer informações sobre a surdez, visto que muitos equívocos surgem devido à falta de conhecimento das pessoas em relação a esta área. Entendemos que é de suma importância a existência deste Código de Ética, isso porque, além de orientar os objetivos e as regras desta profissão, o documento ajuda na formação do perfil deste profissional.

2.2 A FORMAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NO BRASIL

Segundo o Decreto nº 5.626/2005, a formação do intérprete pode acontecer em nível médio ou superior. O documento cita em seu capítulo V, Art.17, que a formação deste profissional deve acontecer em nível superior por meio de cursos de tradução e interpretação:

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa. (BRASIL, 2005, p.4).

No mesmo documento, a referência à possibilidade de formação em nível médio está presente no Art. 18. Tal artigo dispõe que a formação necessária ocorrerá por meio de curso de educação profissional, cursos de extensão universitária ou cursos de formação continuada, acrescentando-se a esta formação a obtenção de certificação de Proficiência em Libras, fornecido pelo Prolibras.

O Prolibras foi criado em 2006 pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em parceria com polos universitários de diversos Estados brasileiros e com Governo Federal. Ele é um exame de proficiência que resulta na certificação do Intérprete como profissional apto ao seu trabalho. O exame é aplicado anualmente e todos os intérpretes podem participar, independentemente de atuar na área ou não. Vale ressaltar que este exame não substitui a formação básica determinada pelo Decreto nº 5.626/2010, pois ele apenas avalia a produção e a compreensão da

Língua Brasileira de Sinais. Contudo, segundo a Portaria Normativa MEC 20/2010 – dou: 08.10.2010, até o ano de 2015 o decreto autorizará a certificação mediante o desempenho alcançado neste exame.

A Lei 12.319/2010 no Art. 4º, estabelece que a formação do intérprete exige formação em nível médio (BRASIL, 2010). Tal lei e o Decreto 5.626/2005 estabelecem o prazo de dezembro de 2015 para a vigência do Prolibras. A formação dos intérpretes, segundo estes documentos também pode ocorrer em organizações civis, que representam a comunidade surda. Mas, o certificado que comprova tal formação deve ser convalidado por instituições de ensino superior ou credenciadas pela Secretaria Estadual.

3 A HISTÓRIA DA INTERPRETAÇÃO NO BRASIL: COM A PALAVRA RICARDO SANDER

Ricardo Sander além de ser reconhecido como o primeiro intérprete educacional do Brasil é também um profissional respeitado no campo da surdez. O interesse em entrevistá-lo é o de registrar essa história de vida profissional brilhante, Sander fez muito pelos surdos e pelos profissionais intérpretes, deste modo, é mister que esta história deva ser registrada. Na sequência destacaremos, entre aspas, fragmentos de seu depoimento.

Em sua entrevista, Sander revelou crer que ser intérprete foi um chamado divino e que esta foi e ainda é sua missão enquanto cristão, e afirma: “*Assim, lego a Deus pela minha vocação e trajetória profissional*”.

Ao entrar no curso de teologia em fevereiro de 1980, em Porto Alegre/RS, havia no Campus uma escola de surdos da Igreja Luterana, chamada Escola Especial Concórdia. Sander via surdos indo e vindo da Escola e em uma semana ele decidiu e se motivou para o resto da vida, trabalhar nesta área da educação.

Ricardo Sander tinha 20 anos de idade naquela época. Vale ressaltar que não havia história de surdez em sua família. Ele nunca havia tido contato com pessoas surdas antes dessa ocasião, ou mesmo, contato com a língua de sinais.

Neste mesmo ano, 1980, a Escola passava do método oralista para a filosofia da Comunicação Total. A escola Concórdia foi a primeira a usar este método no Brasil. Sander aprendeu rapidamente a Língua de Sinais, pois passou a ter muito contato com os surdos. Neste período, a Língua de Sinais ainda não possuía nome oficial de Libras, e não se sabia nada sobre aspectos lingüístico ou gramaticais dessa língua.

Sander começou a frequentar a Sociedade de Surdos do Rio Grande do Sul (SSRS), local que foi um de seus preferidos, pois ali se sentia em casa. Na SSRS promoviam-se encontros e festas com a comunidade surda..

A primeira escola onde Sander trabalhou foi a Escola Especial Concórdia de Porto Alegre. Quando se graduou em Teologia, em dezembro de 1984, já havia se passado quase cinco anos desde que entrou no mundo dos surdos, e já havia feito um ano de estágio, para o exercício da prática pastoral, numa Igreja Luterana em que ajudou a iniciar a missão entre os surdos. Era a primeira vez que a Igreja Luterana olhava para os surdos.

Ricardo Sander foi ordenado pastor da Igreja Luterana em 1991 atuando com os surdos. Em 1995 foi diretor de uma escola luterana na cidade de Sapiranga, no Vale do Sapateiro em Porto Alegre. Era uma escola de Ensino Fundamental para surdos e ouvintes, havia salas de aula para surdos e salas de aula para ouvintes. Era uma escola de Filosofia Inclusiva, mas com condução do ensino em salas de aula separadas. Sander ficou cerca de oito anos trabalhando intensivamente nesta escola.

No início de sua carreira o intérprete sentiu algumas dificuldades, porém, a vontade e o desejo de romper os desafios *“superavam em longe as pedrinhas”*. Em sua avaliação, o mais difícil sempre foi o preconceito em relação aos deficientes - neste caso, ao surdo - que marcava a conduta das pessoas naquela época: *“A falta de compreensão, aceitação, mentes fechadas, foram algumas de minhas dificuldades”*. Neste sentido também, como cristão, Sander via *“a mão de Deus protegendo e o apoiando”*. Segundo o entrevistado: *“Eu sempre via um caminho à frente”*.

Sander afirma que nesta época não havia profissionais intérpretes atuando nesta área *“Lembro que eu não tive modelo de identificação de quem pudesse copiar... alguém para minha formação, construção do meu trabalho ou alguém que fosse meu “ídolo” na área ou mesmo modelo”*.

O panorama de interpretação inexistia no Brasil naquela época, não havia Tradutores/ Intérpretes de Língua de Sinais (TILS), como temos e vemos hoje.

Com sua atuação profissional nessa área, Sander foi reconhecido como o primeiro intérprete sem vínculo familiar com surdos. Entretanto ele não se considera o primeiro intérprete do Brasil. *“A minha identidade de intérprete iniciou naquele mesmo tempo e foi sendo construída ao longo de muitos e muitos anos. Não tinha alguém de quem pudesse copiar sua forma de trabalhar, de ser, e que eu me identificasse. Fui pioneiro neste sentido. Contudo, os filhos ouvintes de pais surdos, já eram intérpretes desde seu nascimento em famílias onde era usada a Língua de Sinais. Eles são os primeiros intérpretes!”*.

As igrejas foram os locais onde os TILS, iniciaram seus trabalhos. Estes eventos eram feitos de forma voluntária e com amorismo, já que não havia cursos formais para a capacitação destes profissionais.

Em 1986 foi realizado um Seminário Internacional de Educação Religiosa para Surdos em Porto Alegre. Este evento foi de grande importância para marcar o início da aparição formal do profissional TILS. Sander atuou, nesse evento, como um dos intérpretes, o outro, foi seu amigo Ely Prieto, que hoje não mais atua na área.

Muitos profissionais ouvintes e surdos, de várias partes do Brasil e exterior participaram do evento. Era a primeira oportunidade para muitos surdos terem acesso, a todo o conteúdo de um evento acadêmico, por meio da atuação de um Intérprete e um marco para a consolidação do respeito à língua de sinais. Após a realização desse evento, segundo o entrevistado, surgiram convites de diversas partes do Brasil para ministrar cursos de língua de sinais ou palestras sobre o tema.

Deste modo a atuação de intérpretes no Brasil estava sacramentada. Porém, não havia cursos de formação ou mesmo associações de TILS que buscassem sua formação ou profissionalização. O panorama brasileiro de então, era de atuação voluntária, nas igrejas e de forma amadora.

“Nesta época, não havia nenhum tipo de formação... era impossível exigir, mesmo se fosse um curso de 30 horas. Simplesmente não havia curso nenhum, pois, quem sabia meia dúzia de sinais já era um profissional em Libras. Aliás, a sigla LIBRAS surge oficialmente apenas em 2002, com a lei 10.436 de 24 de abril de 2002”.

Sander relata que, um de seus sonhos era fundar uma associação de intérpretes ou talvez, uma federação nacional. O entrevistado revelou sentir-se

responsável pela condução desse processo de organização dos profissionais intérpretes.

No Rio Grande do Sul, Sander foi coordenador da FENEIS/RS por alguns anos. Na FENEIS pode reunir os intérpretes do seu Estado para a troca de experiências e informações. Foi justamente nos anos de 1990 que surgiram dois cursos de formação para intérpretes: o primeiro, oferecido pela UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul em parceria com a FENEIS. O segundo, pela Associação dos Surdos do Rio Grande do Sul também em parceria com a FENEIS. Em ambos os cursos, Sander atuou como professor.

No início dos anos 2000, quando se mudou para São Paulo, alcançou muita liderança entre os intérpretes locais. Promoveram, em sua casa, diversas reuniões com os intérpretes da cidade de São Paulo com o intuito de discutir a construção de um estatuto para a fundação de uma associação estadual de tradutores/intérpretes e guia intérpretes. Segundo Sander, as maiores e melhores escolas de surdocegos estão em São Paulo e por isso, os guia intérpretes foram incorporados neste movimento.

No dia 14 de dezembro de 2004, foi fundada a APILSBESP – Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes e Guia intérpretes de Língua de Sinais do Estado de São Paulo. Ricardo Sander foi o primeiro presidente da APILSBESP.

Após este acontecimento, por meio da internet e de grupos de discussão de intérpretes por todo o Brasil que *“estavam isolados e se sentindo sozinhos em seus locais de atuação”* surgiram associações de intérpretes pelo Brasil. Essas novas associações, chamadas de forma abreviada, de APILS, surgiram em diferentes locais, como: APILMS (de Mato Grosso do Sul), a APILDF (do Distrito Federal), a AGILS (do Rio Grande do Sul), a APILCE (do Ceará), dentre outras. Algumas dessas associações logo se fortaleceram, outras, contudo, tiveram enormes dificuldades para a organização.

Os grupos de intérpretes proliferaram rapidamente e a visão em relação à interpretação profissional alterou-se radicalmente, se comparada à visão inicial de atividade religiosa ou voluntária. Esse novo momento da atuação desse profissional desencadeou a organização de uma entidade que congregasse a todas as APILS. *“Estávamos maduros para uma entidade nacional”*. Foi assim que surgiu a FEBRAPILS, em 22 de agosto de 2008, em Brasília-DF, com a participação de

diversas APILS, seus integrantes e surdos simpatizantes, bem como com a participação da FENEIS.

Sander enfatiza um aspecto de fundamental importância para a conduta ética do intérprete de língua de sinais, o de como deve ser a participação do intérprete na vida do surdo. Segundo ele, este papel exige muito *“bom senso, ética, limites e respeito. [...] O intérprete não pode misturar assuntos pessoais com profissionais, pois esta é uma área muito fácil de confundir, deste modo, exige muitos cuidados!”* Contudo, na avaliação do entrevistado, *“Infelizmente, poucos profissionais tem esse senso ético em sua atuação, isso se deve à falta de formação e à inexistência de um órgão fiscalizador e de regulamentação da classe trabalhadora para os TILS – Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais.”* Ainda segundo Sander, *“a comunidade surda brasileira, em sua grande maioria, também não sabe como usar e aproveitar um profissional intérprete”*.

Para Ricardo Sander, a FENEIS, em conjunto com a FEBRAPILS, tem por tarefa criar regras e informar a todos os usuários de interpretação (surdos e ouvintes), sobre como deveria proceder no uso e aproveitamento dos intérpretes nas mais diferentes situações.

Nos anos atuais, as políticas públicas nacionais se voltaram à garantia do direito aos serviços de interpretação. Ao mesmo tempo, com o avanço da Medicina e com o advento da cirurgia de implante coclear, vivemos o fenômeno da diminuição da comunidade surda. Diante desse cenário, questionamos o entrevistado sobre a possibilidade de extinção da profissão de intérprete. Respondendo ao questionamento formulado, Sander afirma que *“os surdos usuários da Língua de Sinais sempre existirão, bem como profissionais intérpretes da Língua de Sinais. Ambos jamais acabarão. Estamos falando em língua, cultura e identidade e isso sempre continuará. O que está acontecendo atualmente é a diminuição de surdos funcionais, isto é, usuários da Língua de Sinais. A tecnologia também ajuda, em parte, algumas situações, mas jamais substituirá completamente ou totalmente a pessoa do profissional tradutor/intérprete de Língua de Sinais”*.

O entrevistado conclui observando que *“[...] sempre o profissional intérprete se doa em sua atuação. A profissão exige isso... É sempre uma doação total da sua mente e corpo, apesar de ser pago”*.

Pensamos então nesta contradição, pois se é pago não é doação. Podemos dizer que esta profissão contempla as duas características citadas acima, a primeira

– a profissão remunerada, necessita de profissionais treinados e capacitados para exercer tal trabalho, intérprete necessita ser um conhecedor da Língua Portuguesa e da Libras, com prerrogativas culturais e acima de tudo com competência profissional no âmbito da tradução e da interpretação e adequação discursiva como cita Rosa 2005, p.131:

Num sentido mais restrito, os conhecimentos adquiridos pelo intérprete (ou a sua cultura) lhe permitem selecionar alternativas translatórias, nos casos em que o contexto linguístico e o contexto situacional não sejam suficientes, porque, no ato tradutório, são atualizados horizontes de natureza ideológica, lógica, emocional e textual.

Já a doação é:

muito mais do que ser identificado pela língua que fala, muito mais do que estar presente nas comunidades surdas ou ainda estabelecer um elo entre mundos lingüísticos diferentes. Ser Intérprete é conflitar sua subjetividade de não surdo e surdo, é moldar seu corpo a partir da sua intencionalidade, reaprender o universo do sentir e do perceber, é uma mudança radical onde a cultura não é mais o único destaque do ser. (MARQUES; OLIVEIRAS, 2009, p.396, 397).

No caso da doação citada por Sander, identificamos suas características em ações que ultrapassam a profissão, o limite entre a profissão e a doação, são estreitos, sendo assim, cabe ao próprio intérprete manter essa divisão.

Sander encerra a entrevista dizendo que foi um prazer falar da trajetória profissional e que ainda ama os surdos e que esta caminhada ainda não terminou, pretende fazer muito mais pelos surdos e pelos intérpretes.

4 *HAND TALK*: O APLICATIVO TRADUTOR DE LIBRAS

No dia 03 de julho de 2013, foi lançado oficialmente em São Paulo o aplicativo, o *Hand Talk*, que traduz o português em Libras. O aplicativo traduz

arquivos em áudio, texto ou imagens que contenham textos, ou seja, a pessoa fotografa a imagem e um sistema de reconhecimento lê o conteúdo que é traduzido em gestos.

Essa ferramenta de tradução simultânea foi criada por três alagoanos, Ronaldo Tenório, Carlos Wanderlan e Thadeu Luz. No WSA 2013 – World Summit Award -, evento organizado pela ONU que premia inovação em *mobile*, o *Hand Talk* concorreu com 15 mil aplicativos de vários países diferentes e foi eleito o melhor aplicativo social do mundo. Os sócios da *Hand Talk* também apresentaram mais um produto, o HT Plus, soluções empresariais sob demanda de tradução digital para a Libras.

O Hugo, nome dado ao avatar que funciona como interface para traduzir conteúdos digitais em Libras, é um simpático boneco em 3d. Assim, o usuário pode verificar os sinais de vários ângulos, pode também pausar a tradução ou repeti-la. O Hugo também possui expressões faciais que facilitam o entendimento da tradução. O aplicativo é gratuito.

Em uma entrevista para o Blog do Tas no dia 14 de agosto de 2013, os alagoanos contaram que a ideia do *Hand Talk* surgiu na época da faculdade, mas só em 2012 que eles decidiram colocar em prática o projeto. Os criadores, há mais de dez anos, trabalham juntamente com a Universidade Federal de Alagoas (UFA) em pesquisas em Tecnologia Assistida em Libras.

Ainda na entrevista, Ronaldo Tenório, Carlos Wanderlan e Thadeu Luz fala que o objetivo do *hand talk* é difundir cada dia mais a Libras pelo país. Com aproximadamente dois meses desde o seu lançamento, o *Hand Talk* é considerado o aplicativo de educação mais baixado na *Apple Store* brasileira. Porém o aplicativo ainda precisa de ajustes, em apenas um mês mais de um milhão de palavras já foram traduzidas, mas isto ainda não é o suficiente. Segundo os criadores, cinco surdos participam da equipe de desenvolvimento da *Hand Talk* e associações de deficientes auditivos de todo o país contribuem nos ajustes deste personagem.

Certamente esse aplicativo revolucionará a história da interpretação no Brasil e no mundo, pois o surdo pode obter a tradução da Língua portuguesa com alguns cliques. É um enorme avanço no mundo tecnológico e no panorama dos recursos de acessibilidade no Brasil.

Relembramos então, a opinião de Ricardo Sander quando disse que: “os surdos usuários da Língua de Sinais sempre existirão, bem como profissionais

intérpretes da Língua de Sinais. Ambos jamais acabarão”. Após o lançamento do *Hand Talk* pensamos então que essa afirmação merecia uma reflexão mais aprofundada. Acreditamos que Ricardo Sander, como os demais estudiosos da área da surdez, não imaginavam que tal programa poderia ser criado e muito menos, que essa revolução chegasse em 2013.

Conduzindo nossas reflexões para o âmbito educacional, e para as leis pelas quais a comunidade surda tanto lutou, como a de garantia de intérprete educacional em sala de aula, nos perguntamos: seria o Hugo o futuro intérprete das escolas brasileiras? Qual será o impacto da chegada do Hugo na comunidade surda? Estas, são questões para serem averiguadas em outro contexto. Cabe a nós, nos limites desse estudo, apenas apresentar dados e pensar que a história dos intérpretes de Libras está em constante transformação. O Hugo é apenas um aplicativo, que certamente muito contribuirá para a autonomia social de pessoas surdas e talvez, o primeiro de uma série de outros aplicativos que poderão surgir futuramente. Contudo, a despeito das contribuições advindas do avanço tecnológico, a presença humana do intérprete de língua de sinais ainda não pode ser descartada.

5 CONCLUSÃO

A inclusão social visa, fundamentalmente, engendrar uma sociedade que acolha as pessoas, desconsiderando as diferenças e necessidades subjetivas. Para tanto, enaltece a busca por soluções que integrem as identidades existentes nos espaços sociais. Diante disso, afirmamos que [...] no âmbito da sociedade inclusiva, o tema principal é a diversidade humana, o que significa, no caso da surdez, enfrentar desafios inusitados e permanentes. (ROSA, 2003, p. 235).

A assertiva nos leva ao entendimento de que a particularidade da surdez não se constitui em um empecilho à integração do surdo na comunidade ouvinte, principalmente no contexto atual de aceitação da diferença, fato que favorece o reconhecimento de que os surdos têm a mesma capacidade de comunicação

linguística e as mesmas capacidades em participar de atividades sociais comuns às duas culturas – surda e não surda.

Considerando que a grande maioria da sociedade comunica-se mediante a Língua Portuguesa, para que ocorra a efetiva interação entre surdos e ouvintes faz-se mister a presença de um intérprete de libras. Por explicar e declarar os sentidos da língua, sua atuação amplia as condições de inserção das pessoas surdas no contexto da comunidade ouvinte.

A inclusão escolar trouxe inúmeras mudanças no cotidiano das salas de ensino regular, “o processo de inclusão do aluno surdo em classes comuns, tendo a língua de sinais presente neste espaço, é recente e de difícil compreensão para os professores” (Tuxi, 2009, p.25), o pedagogo se deparou com outro profissional em sua sala e com uma nova língua, faz-se mister que o educador mude suas perspectivas e torne o ambiente escolar um local na qual a inclusão e o aprendizado ande juntos.

O pedagogo precisa trabalhar em conjunto com o intérprete, a fim de assegurar o acesso à aprendizagem escolar, pois é o intérprete de libras na educação que faz a ligação entre o aluno surdo e o mundo ouvinte, ou ainda, entre o aluno surdo e o professor ouvinte que transmite o conhecimento.

Nesse sentido, a partir das ideias tematizadas neste trabalho e da entrevista realizada com Ricardo Sander afirmamos que o intérprete revolucionou a comunicação entre a comunidade surda e a ouvinte, de modo que aquela passou a ter maior inserção social, assim como sua presença no espaço escolar. Ressaltamos que, mesmo que a tecnologia encontre meios que permitam uma maior inserção da comunidade surda – como é o caso do aplicativo *Hand Talk* – os meios artificiais, mesmo que impactem o contexto social, não substituem o ser humano.

O Hugo – avatar do aplicativo – por mais que consiga definir conceitos, não substitui a interpretação humana, pois esta, além de mostrar a definição de conceitos, é capaz de contextualizá-las e explicá-las com propriedade. Portanto, findamos este trabalho afirmando que a presença do intérprete se faz necessária para uma efetiva comunicação entre surdos e ouvintes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm> . Acesso em: 08 de novembro 2012.

_____. **Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil/_Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm . Acesso em: 08 de novembro 2012.

_____. **Lei Nº 12319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2010. 189º da Independência e 122º da República.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Classificações Brasileira de Ocupações – Edição 2002. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br>. Acesso em: 18 de janeiro de 2013.

BRASIL. **Portaria Normativa MEC 20/2010 – DOU: 08.10.2010**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9962&Itemid= Acesso em 23 de Novembro de 2013

GOLDFELD, M. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

LEITE, Emeli Marques C. **Os papéis do Intérprete de Libras na sala de aula inclusiva**. Editora Arara Azul, 2005.

MARQUES, Rodrigo Rosso; OLIVEIRA, Janine Soares. O Fenômeno de Ser Intérprete. In: QUADROS, Ronice Müller; STUMPF, Marianne Rossi. **Estudos Surdos IV**, p. 394-406. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP; Programa Nacional de Apoio a Educação de Surdos, 2003.

_____. **Idéias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília. MEC, SEESP, 2006.

ROSA, Andrea da Silva. A presença do intérprete de língua de sinais na mediação social entre surdos e ouvintes. In Silva I. R.; Kauchakje, S; Gesueli, Z. M.

(orgs.) **Cidadania, surdez e linguagem – desafios e realidades**. São Paulo: Plexus Editora, 2003, p. 235-249.

ROSA, Andrea da Silva. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Petrópolis/RJ: Editora Arara Azul, 2005.

VYGOTSKY, Lev Semióvich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fonte, 2000.